

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Juliana Santos Costa
Reginaldo de Oliveira Nunes

Resumo

A educação quilombola é respaldada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a Lei 10.639/03, que estabelece a educação das relações étnico-raciais nas escolas. O objetivo da pesquisa foi apresentar as características das comunidades remanescentes de quilombolas e investigar quais os maiores desafios enfrentados na educação dessas comunidades do Vale do Rio Guaporé, estado de Rondônia. A metodologia utilizada para obtenção dos dados foi a pesquisa bibliográfica, contando com o aporte teórico de autores como: Fotopoulos (2014), Farias Jr (2011), Carril (2017), entre outros que discorrem sobre as comunidades remanescentes de quilombolas do Vale do Guaporé, sobre a educação e suas especificidades. Os resultados indicaram que a educação quilombola no Vale do Rio Guaporé enfrenta inúmeros desafios, tanto referente a estrutura física escolar, quanto as políticas públicas e a assistência a essas comunidades. Outros fatores também devem ser considerados, como o reconhecimento cultural, a localização geográfica, o processo de luta e resistência e a importância de políticas públicas que atendam as particularidades de uma educação diferenciada.

Palavras-chave: Educação Quilombola. Vale do Guaporé. Saberes Tradicionais.

1 INTRODUÇÃO

A educação é de suma importância e deveria estar ao alcance de todos. Com as comunidades remanescentes de quilombolas não é diferente.

Pouco se tem falado sobre as pessoas que habitam essas áreas e muito menos como é o ensino. O conceito de quilombo está relacionado ao local onde se abrigavam os negros que fugiam da escravidão, dando origem posterior as comunidades remanescentes de quilombolas.

No estado de Rondônia, especificamente na região do Vale do Guaporé, existem oito comunidades remanescentes de quilombolas, desde o município de Pimenteiras D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé até Costa Marques. Dentro dos limites territoriais do município de São Francisco do Guaporé estão as comunidades remanescentes de quilombolas de Pedras Negras do Guaporé e Santo Antônio do Guaporé. Em Costa Marques, as comunidades de Santa Fé e Forte Príncipe da Beira. Em Pimenteiras D'Oeste, as comunidades de Laranjeiras e Santa Cruz. Em Alta Floresta D'Oeste, as comunidades de Rolim de Moura do Guaporé e, em São Miguel do Guaporé, a comunidade remanescente de quilombolas de Jesus.

Poucas informações se têm sobre essas comunidades, porém são pessoas que fazem parte da população, da história, e devem ser lembradas. É de extrema importância, conhecer sobre essas populações, seus costumes, cultura, e sobre todos os aspectos que eles ou seus ancestrais passaram.

O presente trabalho teve como objetivo relatar como funciona as escolas quilombolas, os desafios enfrentados pelas comunidades, acesso dos alunos, materiais didáticos e as políticas públicas envolvidas nesse processo. É imprescindível, conhecer sobre essas comunidades e seu processo de resistência, luta social, entre outros. A pesquisa, de cunho bibliográfico, teve como aporte teórico, autores como Fotopoulos (2014), Farias Jr (2011), Carril (2017), entre outros.

Portanto, é de suma importância conhecer sobre as comunidades remanescentes de quilombolas do Vale do Guaporé, com a intenção de agregar e expandir conhecimentos e sobre o quanto a educação tem influenciado em suas vidas. Afinal, as comunidades remanescentes de quilombolas são consideradas territórios educativos, com as crianças recebendo uma educação integral, por meio de brincadeiras,

experimentações, conversas e observando outras crianças ou adultos. A escola quilombola, portanto, tem como função organizar esses conhecimentos e garantir o direito de todos à educação.

2 DESENVOLVIMENTO

Dos conflitos estabelecido entre Espanha e Portugal pela busca das minas de ouro e exploração das drogas do sertão na região, resultaram a extração de recursos naturais, o extermínio de indígenas e a utilização da mão de obra escrava.

Segundo Teixeira (2008 apud FARIAS JR, 2011, p. 86), “a posse portuguesa do Vale do Guaporé foi confirmada com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750”. No entanto, “as áreas de exploração aurífera já vinham sendo trabalhadas desde a década de 1730 pelos mineiros de Cuiabá e São Paulo”. A decadência, portanto, da produção aurífera da região de Cuiabá, “possibilitou a expansão das áreas mineráveis para o Vale do Guaporé”.

O negro estava presente em toda forma de trabalho, pois segundo Farias Jr (2011, p. 87), “eram mineradores, lidavam com as criações de gado bovino e nas pequenas iniciativas agrícolas”. Também, realizavam trabalhos “relacionados à coleta das chamadas ‘drogas do sertão’, à caça e à pesca”.

Segundo Fotopoulos (2014, p. 3), devido a escravidão e violência dos negros nesse período, surgiram os quilombos “como forma de resistência, símbolo de luta social e cultural contra a escravidão e contra a opressão dos brancos, estimulando os negros a definirem para além de suas diferenças, espaços de solidariedade e de liberdade étnica.”

Nesse sentido, a educação quilombola foi pensada no intuito de recuperar a ancestralidade, estudar a própria cultura, fortalecer sua identidade. A história de vida dessas comunidades foram marcadas por opressão, violência, preconceito. É de grande importância reconhecer e expôr sobre toda luta e resistência dos negros contra a escravidão.

O papel da escola é de auxiliar o aluno a superar todo histórico opressor que ele traz consigo, através de práticas que valorizam sua cultura. Assim, segundo SEED (2010, p. 11), a escola como uma instituição social, “veículo e

reproduz, como não poderia deixar de ser, os valores culturais e os ideais da sociedade na qual se insere”. No entanto, “é preciso destacar o papel fundamental da escola na produção de conhecimentos, na transformação da realidade na qual se encontra e na elaboração de mecanismos eficazes no combate as distintas formas de expressões do racismo, da discriminação, da intolerância e do preconceito” (SEED, 2010, p. 11).

Infelizmente as manifestações de racismo ainda se faz presente na sociedade. Na escola ela aparece em forma de xingamentos, piadas, comparações, entre outros, o que dificulta a construção de uma identidade positiva, pois muitos alunos negros chegam a negar sua cultura, identidade e até mesmo desistir dos estudos. A lógica perversa e paradoxal dessas manifestações consiste em um processo de desumanização, isto é, na negação da diferença.

Nesse sentido, a Lei 10.639/2003, ainda que não elimine da mente das pessoas os preconceitos raciais, se torna um instrumento eficaz no combate ao racismo, contribuindo de forma significativa para “promoção do reconhecimento e respeito a diversidade etnicorracial e sociocultural” (SEED, 2010, p. 11).

A escola, então, ao catalizar das comunidades remanescentes de quilombolas experiências, vivências, significados atribuídos as representações cotidianas “estará fazendo um movimento fundamental para o estabelecimento e fortalecimento de uma política curricular que legitime vozes historicamente negadas/silenciadas” (SEED, 2010, p. 11).

A educação no Brasil por si é desafiadora, para os remanescentes de quilombolas isso se torna mais complexo. Além de sofrer perseguições e maus tratos, não era concedido a eles a oportunidade de ter acesso a educação, pois eram considerados como ameaça para a sociedade (PALONI, 2019).

Segundo Paloni (2019, p. 02), o Brasil escravocrata “negava aos negros a prática da educação formal e a presença dos escravos na escola era considerada uma ameaça à estabilidade social da época”. Nesse sentido, “a exclusão negra do espaço escolar era entendida tanto como garantia de

ordem social”, quanto pela “ameaça de influência negativa que os escravos poderiam exercer nesses espaços”.

Esse cenário passa a sofrer mudanças por meio da Constituição Federal de 1988, com o impacto do movimento negro em busca de reconhecimento e valorização, tanto do seu povo quanto dos territórios pertencentes aos remanescentes de quilombolas. No artigo 68 da Constituição Federal de 1988, é estabelecido que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

É possível perceber então, que os negros tinham dificuldades em frequentar o ambiente escolar, sendo que um dos primeiros passos para facilitar este processo foi a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Segundo Brasil (2012), a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em seus territórios e cultura, o que requer uma pedagogia própria que leve em consideração à especificidade étnico-cultural de cada uma das comunidades remanescentes de quilombolas, bem como a formação específica de seus professores, observando princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que norteiam a Educação Básica Brasileira.

É necessário também, destacar que na estruturação e funcionamento das escolas em comunidades remanescentes de quilombolas deve ser reconhecida e valorizada as diversidades culturais pertinentes ao grupo.

São inúmeros os desafios da Educação Quilombola no Brasil, dentre eles pode-se citar os espaços físicos inadequados, a falta de recursos pedagógicos, o incentivo à formação continuada dos professores, entre outros.

Corroborando com essa discussão, Carril (2017, p. 14), destaca que os desafios postos para a educação escolar aos estudantes quilombolas “são amplos e antagônicos, pois o reconhecimento da especificidade é franco a partir da própria criação das Diretrizes Curriculares Nacionais”, e também “da atenuação que tem sido levada às escolas quilombolas e às que não se

encontram nesses territórios, mas que buscam atender as crianças das comunidades”.

Segundo o autor, alguns pontos vem revelando um certo avanço, como recursos financeiros, material didático específico e o incentivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mesmo assim, são muitas as inseguranças presentes na educação quilombola, representado pelas condições dos estabelecimentos escolares, uso de recursos didáticos apropriados e a formação de professores (CARRIL, 2017, p. 14).

Levando em consideração essas informações, pode-se destacar que o mesmo também acontece nas comunidades remanescentes de quilombolas do Vale do Rio Guaporé. Lima et al. (2020) detectou algumas precariedades na escola da comunidade remanescente de quilombolas de Santo Antônio do Guaporé, das quais pode-se destacar estrutura física precária, falta de recursos pedagógicos adequados à realidade da comunidade e falta de incentivo a formação continuada dos professores.

Para uma educação que seja de qualidade se faz necessário recursos adequados, pois a ausência desses recursos acaba por fortalecer a precariedade do ensino. Mesmo diante de todas as dificuldades, as crianças das comunidades remanescentes de quilombolas persistem e estudam com o que é possível.

Geralmente, a Educação Quilombola alcança crianças do ensino fundamental até o 5º ano. Se as crianças quiserem dar continuidade aos estudos, as famílias precisam matricular em outras escolas fora das comunidades. Essa matrícula em instituições escolares fora do contexto das comunidades, acaba por colocar essas crianças em situações de preconceito e conflito de culturas, pois o currículo utilizado não é adequado as realidades das crianças quilombolas.

Segundo Acosta-Levyva (2012, p. 44), “a prática e a teoria na escola interagem de diversas formas”. Para os componentes curriculares que precisam envolver a memória histórica e sociedade, o quilombo “se apresenta com um livro aberto, especialmente para explicar o colonialismo e as modernas estruturas de opressão”.

A educação quilombola leva em consideração as realidades das comunidades remanescentes de quilombolas, valorizando assim sua territorialidade e cultura, como danças, religião, costumes, entre outros aspectos. Dessa forma, os alunos são capazes de compreender e se apropriar dos conhecimentos próprios do seu povo.

Elaborar uma proposta de educação escolar quilombola não significa romper com os conhecimentos escolares. É preciso incorporar esses conhecimentos na dinâmica do cotidiano, no crescimento e aprimoramento que permeiam as comunidades remanescentes de quilombolas. Assim, segundo SEED (2010, p. 12), o lugar “deve ser considerada um componente indispensável para construção da educação escolar quilombola”. Os conteúdos escolares ao “sintonizarem a natureza histórica e cultural das comunidades quilombolas terão sentido e relevância para os estudantes quilombolas”. O vínculo da escola “com a concretude vivenciada é talvez a mais importante estratégia político/peagógica para ajudar esses alunos/as a compreender e indagar sobre suas realidades para poder modificá-la”.

É necessário promover um avanço na educação, levando em consideração não somente o empenho dos professores que atuam nas escolas das comunidades remanescentes de quilombolas, mas também políticas públicas e o empenho do estado nessa concretude. As políticas públicas não se fazem tão presentes nas comunidades remanescentes de quilombolas do Vale do Rio Guaporé, principalmente no que se refere ao contexto educacional.

Realidade distante do que pressupõe os artigos da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), que concebem direito de educação a todos. Segundo Fotopoulos (2014), os remanescentes de quilombolas do Vale do Guaporé, durante muitos anos tiveram um processo de reciprocidade com o território em que habitam, sendo responsáveis pela resiliência e proteção desses territórios até os dias atuais, o que garante a preservação dos recursos naturais.

O Referencial Curricular, segundo Rondônia (2012), garante “oportunidade, respeito e atenção educacional às demandas específicas de

estudantes de diversos segmentos sociais, inclusive as populações de comunidades remanescentes de quilombolas". No entanto, o que é preconizado pelo referencial não tem ocorrido na prática, pois essas pessoas carregam marcas sofridas dos seus ancestrais e lutam por uma vida digna e longe do preconceito.

3 CONCLUSÃO

A educação quilombola das comunidades remanescentes de quilombolas do Vale do Rio Guaporé enfrenta grandes desafios, no que se refere a estrutura física, políticas públicas, falta de assistência, formação continuada de professores, entre outros aspectos.

A educação quilombola é muito importante, pois demonstra o quanto as culturas precisam ser valorizadas, mantendo o aluno conhecedor e atuante de sua história e de seus antepassados.

O reconhecimento da educação quilombola é uma grande conquista para a humanidade, no entanto, essa conquista não elimina a desigualdade social, o preconceito e o racismo que os negros sofrem no dia a dia. Se faz necessário, uma reflexão da sociedade sobre os seus atos, no que diz respeito a empatia e além disso, uma educação disposta a olhar para a diversidade que rompa essa desigualdade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA-LEVYVA, P. Educação nos quilombos amazônicos na perspectiva das fontes originais da educação em América Latina. *Protestantismo em Revista*, v. 27, p. 36-46, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 8, de 20 de Novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2012.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARRIL, L.F.B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 539-64, 2017.

FARIAS JR, E.A. Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. *Ruris*, v. 5, n. 2, p. 85-116, 2011.

FOTOPOULOS, H.A. As Políticas Públicas de Desenvolvimento e as Populações Tradicionais dos Remanescentes Quilombolas do Guaporé. *Africanias.com*, v. 5, p. 1-12, 2014.

LIMA, R. dos S. .; SILVA, A.C.S. da; FERNANDES, M. de P.V.; ALMEIDA, E. da S. Educação escolar em comunidades quilombolas do Vale do Rio Guaporé: uma análise a partir do Referencial Curricular de Rondônia, Brasil. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e767974869, 2020.

PALONI, M.M.F. Educação quilombola: A escola como grantidora do respeito à multiculturalidade. *Rev. Saberes*, Rolim de Moura, v. 9, n. 1, jan./jul, 2019.

PARANÁ. Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. – Curitiba : SEED – 2010 – 101 p. – (Cadernos temáticos da diversidade).

RONDÔNIA. Referencial Curricular de Rondônia: Ensino Fundamental. Porto Velho: SEDUC, 2012.

Sobre o(s) autor(es)

1. Graduada em Licenciatura em Pedagogia, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: julianajs21@gmail.com

2. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Líder do Grupo de Pesquisa em Etnoconhecimento e Pesquisa em Educação (GPEPE). E-mail: reginaldonunes@unir.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4287-9036>